

## Impacto das políticas públicas na promoção da equidade em saúde.

*Impact of public policies on promoting health equity.*

Azize Capucho Jorge<sup>1</sup>; Leandro Maciel de Albuquerque Rêgo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduação em Medicina pela Faculdade Brasileira de Ensino Multivix  
azizecapuchojorge@gmail.com

<sup>2</sup>Gradduação em Medicina pela Universidad Politécnica Y Artística-Paraguay; pós graduado em Medicina de família pelo UnB -Df; Psiquiatria pela universidade católica de Goiás-Go  
leandromma36@gmail.com

 <https://doi//10.70430/capitulodelivro20>



### RESUMO

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da equidade em saúde, buscando reduzir desigualdades e garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. Este estudo investiga os impactos das políticas públicas na promoção da equidade, analisando medidas implementadas em diferentes contextos e seus efeitos sobre grupos vulneráveis. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2019 e 2024, utilizando bases de dados reconhecidas e descritores especificados. Os resultados indicam que a efetividade das políticas depende de fatores como financiamento adequado, articulação intersetorial e participação social. A discussão foi estruturada em três subtemas: acesso aos serviços de saúde, impacto da descentralização das políticas públicas e desafios na implementação de medidas equitativas. A conclusão ressalta a importância do aprimoramento contínuo das políticas públicas para garantir avanços na equidade em saúde.

**Palavra-chave:** Equidade; Acesso à saúde; Políticas públicas; Desigualdade social; Sistemas de saúde

### ABSTRACT

Public policies play a fundamental role in promoting health equity, seeking to reduce inequalities and ensure universal and equal access to health services. This study investigates the impacts of public policies on promoting equity, analyzing measures implemented in different contexts and their effects on vulnerable groups. The methodology adopted is based on a systematic review of the literature published between 2019 and 2024, using recognized databases and specified descriptors. The results indicate that the effectiveness of policies depends on factors such as adequate financing, intersectoral coordination and social participation. The discussion was structured into three subthemes: access to health services, impact of decentralization of public policies and challenges in implementing equitable measures. The conclusion highlights the importance of continuous improvement of public policies to ensure advances in health equity.

**Keywords:** Equity; Access to health; Public policies; Social inequality; Health systems

## Introdução

A equidade em saúde é um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. De acordo com Pereira *et al.*, (2024) a implementação de políticas públicas voltadas para a redução de desigualdades tem sido um desafio global, especialmente em países de baixa e média renda, onde as barreiras de acesso são mais evidentes. Nesse contexto, o fortalecimento das políticas de saúde pública assume um papel estratégico na garantia de serviços universais e de qualidade.

As políticas públicas de saúde são mecanismos essenciais para a redução das desigualdades e para a garantia de um sistema de saúde inclusivo (Dos Santos Cardoso *et al.*, 2024). Medidas como ampliação da cobertura de saúde, financiamento adequado e integração entre diferentes setores são fundamentais para promover a equidade. No entanto, a efetividade dessas políticas pode ser comprometida por desafios estruturais, burocráticos e econômicos.

A análise dos impactos dessas políticas deve considerar a diversidade dos contextos socioeconômicos e culturais nos quais estão inseridas (De Vasconcelos; Dadalto, Sarsur, 2020). Para Buss *et al.*, (2020) as diferenças regionais e as especificidades dos grupos populacionais demandam abordagens flexíveis e adaptativas, garantindo que as intervenções atendam às necessidades reais da população.

Dessa forma, o presente estudo busca analisar o impacto das políticas públicas na promoção da equidade em saúde, identificando os principais desafios e oportunidades para sua melhoria. A partir de uma revisão sistemática da literatura, serão explorados diferentes modelos de políticas e seus resultados na redução das desigualdades em saúde.

## Metodologia

A pesquisa foi conduzida por meio de revisão sistemática da literatura, com foco na análise de estudos publicados entre os anos de 2019 e 2024. Foram utilizadas as bases de dados PubMed, SciELO e LILACS, empregando descritores como "equidade em saúde", "políticas públicas de saúde", "acesso aos serviços de saúde" e "redução de desigualdades".

A seleção dos artigos incluiu critérios como relevância para o tema, disponibilidade em acesso aberto e publicação em periódicos indexados. Foram excluídos estudos duplicados, artigos que não apresentavam metodologia clara e publicações que não abordavam especificamente a relação entre políticas públicas e equidade em saúde.

Os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando identificar padrões, desafios e impactos das políticas públicas na promoção da equidade em saúde. A discussão foi organizada em três subtemas principais: acesso aos serviços de saúde, impacto da descentralização das políticas públicas e desafios na implementação de medidas equitativas.

## Resultados e Discussão

### Acesso aos Serviços de Saúde: Desafios e Perspectivas

Segundo Simões *et al.*, (2021) o acesso aos serviços de saúde representa um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar da população e a efetivação do direito à saúde, conforme preconizado por organismos internacionais e legislações nacionais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantindo atendimento integral e universal por meio do Sistema Único de Saúde (Sales *et al.*, 2019). No entanto, a concretização

desse princípio enfrenta desafios significativos, relacionados a fatores geográficos, socioeconômicos, estruturais e organizacionais.

A desigualdade na distribuição dos serviços constitui uma das principais barreiras ao acesso, especialmente em áreas remotas e regiões periféricas, onde há carência de unidades de atendimento, profissionais especializados e infraestrutura adequada (Cervieri *et al.*, 2019). A escassez de investimentos em determinados territórios compromete a equidade na prestação da assistência, resultando em longos deslocamentos, filas extensas e dificuldades para a continuidade do cuidado.

Outro fator relevante é a sobrecarga do sistema público, agravada pelo subfinanciamento e pela crescente demanda populacional. A demora na marcação de consultas, exames e procedimentos compromete o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno, impactando diretamente os desfechos clínicos dos pacientes (Torma *et al.*, 2022). Em contrapartida, a ampliação da cobertura dos planos privados não significa, necessariamente, maior efetividade na assistência, visto que a segmentação dos serviços e as limitações contratuais impõem restrições ao atendimento integral.

A acessibilidade também depende de determinantes sociais, como renda, escolaridade e condições de trabalho (Vieira, 2020). Populações em situação de vulnerabilidade frequentemente enfrentam dificuldades para arcar com custos indiretos, como transporte e medicação, além de possuírem menor conhecimento sobre seus direitos e os mecanismos de funcionamento do sistema de saúde (Oliveira *et al.*, 2023). Dessa forma, a desigualdade social se reflete no uso dos serviços, aprofundando disparidades no cuidado à saúde.

Diante desse cenário, diversas estratégias podem ser adotadas para aprimorar o acesso à assistência. A ampliação da atenção primária

por meio do fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), tem se mostrado essencial para descentralizar o atendimento e garantir resolutividade nas demandas mais comuns (Vale *et al.*, 2022). Além disso, a integração entre os níveis de atenção e o investimento em tecnologia, como a telemedicina, são medidas que podem otimizar a cobertura e reduzir barreiras geográficas.

Por fim, a efetivação do acesso universal exige um compromisso contínuo com o financiamento adequado do setor, políticas públicas inclusivas e uma gestão eficiente dos recursos disponíveis (Da Silva Maziero, 2024). Somente com uma abordagem integrada e equitativa será possível garantir que toda a população usufrua de serviços de saúde de qualidade, promovendo, assim, o princípio da justiça social e o direito fundamental à vida.

## **Impacto da Descentralização das Políticas Públicas**

A descentralização das políticas públicas consiste na transferência de competências administrativas e decisórias do governo central para instâncias regionais e locais, com o objetivo de tornar a gestão mais eficiente, participativa e adaptada às necessidades específicas de cada território (Marinho *et al.*, 2024). Esse processo, amplamente adotado em diversas áreas, como saúde, educação e assistência social, busca aproximar o poder público da população, promovendo maior autonomia dos estados e municípios na formulação e execução das políticas públicas.

De acordo com Teixeira; Nunes; Almeida, (2019) no Brasil, a descentralização ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a municipalização como um dos princípios norteadores da gestão pública. No âmbito da saúde, por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS) adotou a descentralização como estratégia central, permitindo que estados e municípios assumam maior responsabilidade na organização dos serviços,

garantindo uma abordagem mais territorializada e eficiente (Marroni; Franzese; Panosso, 2021). Esse modelo possibilitou avanços, como a ampliação da cobertura da atenção básica por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a melhoria na distribuição de recursos conforme as necessidades locais.

Contudo, a descentralização também apresenta desafios significativos, sendo um dos principais problemas é a desigualdade na capacidade de gestão entre os entes federativos, especialmente nos municípios menores, que frequentemente enfrentam limitações financeiras, estruturais e técnicas para a implementação das políticas públicas (Santos, 2022). A ausência de um suporte adequado do governo federal pode comprometer a qualidade dos serviços ofertados, resultando em disparidades regionais no acesso e na efetividade das ações governamentais.

Além disso, a descentralização pode levar a problemas na coordenação entre os diferentes níveis de governo, dificultando a integração de políticas e a garantia de padrões mínimos de qualidade (Pereira, 2020). A fragmentação dos sistemas de informação, a descontinuidade de programas devido a mudanças de gestão e a falta de transparência no uso dos recursos são desafios recorrentes que podem comprometer os benefícios da descentralização (Coelho Neto; Chioro, 2021).

Por outro lado, quando bem planejada e acompanhada por mecanismos eficientes de controle e cooperação, a descentralização pode gerar impactos positivos, como maior agilidade na resposta a demandas locais, fortalecimento da participação social e inovação na gestão pública (Da Costa Assis; Gracio, 2021). A experiência de algumas cidades que adotaram práticas exitosas na administração da saúde, educação e assistência social demonstra que a descentralização pode ser um instrumento poderoso para reduzir desigualdades e promo-

ver o desenvolvimento sustentável (Bichir, 2020).

Dessa forma, para que a descentralização das políticas públicas alcance seu potencial transformador, é fundamental garantir mecanismos de governança que favoreçam a cooperação entre os entes federativos, a alocação equitativa de recursos e o fortalecimento da capacidade técnica e administrativa dos municípios (Assis, 2020). Apenas com uma gestão eficiente e uma fiscalização rigorosa será possível assegurar que a descentralização contribua para a promoção de políticas públicas eficazes e para a melhoria da qualidade de vida da população. Desafios na Implementação de Medidas Equitativas.

Segundo Fernandes e Nascimento (2020) a equidade é um princípio fundamental na formulação de políticas públicas e na promoção do desenvolvimento social, pois busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades e recursos de acordo com suas necessidades específicas. No entanto, a implementação de medidas equitativas enfrenta desafios complexos, que envolvem fatores estruturais, políticos, econômicos e culturais.

Um dos principais obstáculos está na distribuição desigual de recursos. Regiões com menor desenvolvimento socioeconômico geralmente apresentam maior demanda por políticas equitativas, mas dispõem de menos infraestrutura e financiamento para implementá-las (Gatti, 2020). A alocação inadequada de verbas, aliada a uma burocracia excessiva, pode comprometer a efetividade das ações, dificultando o acesso da população vulnerável a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social (Oliveira, 2021).

Outro desafio significativo é a resistência política e institucional à adoção de medidas equitativas. A implementação de políticas que

favorecem grupos historicamente marginalizados pode enfrentar oposição de setores que percebem essas iniciativas como privilégios ou ameaças a interesses estabelecidos (Zago, 2023). Além disso, a falta de continuidade administrativa e a influência de agendas políticas muitas vezes resultam na descontinuidade de programas sociais, prejudicando sua eficácia a longo prazo.

A carência de dados precisos e de sistemas eficientes de monitoramento e avaliação também compromete a efetividade das medidas equitativas (Carvalho; Meirinho, 2020). A formulação de políticas públicas baseadas em evidências exige diagnósticos detalhados das desigualdades existentes, mas muitas regiões carecem de informações atualizadas e confiáveis para embasar as decisões governamentais (Bortoli *et al*, 2023). Sem indicadores concretos, torna-se difícil medir o impacto das iniciativas e realizar ajustes necessários para aprimorar sua implementação.

Além disso, fatores culturais e sociais influenciam a aceitação e a efetividade das medidas equitativas. O preconceito, a discriminação e a falta de conscientização sobre a importância da equidade podem limitar o alcance das políticas, dificultando a adesão da população e o envolvimento de diferentes setores da sociedade (Sousa, 2019). Estratégias de comunicação eficazes e ações de sensibilização são essenciais para garantir que as políticas equitativas sejam compreendidas e apoiadas.

Para superar esses desafios, é fundamental fortalecer a governança e a cooperação entre os diferentes níveis de governo, promover a participação social na formulação e fiscalização das políticas e investir na capacitação de gestores públicos (Saboia; Galendo; Materko, 2021). Além disso, a criação de mecanismos de financiamento sustentável e

a adoção de tecnologias para aprimorar a coleta e análise de dados podem contribuir para a implementação mais eficiente e eficaz de medidas equitativas.

Portanto, garantir a equidade exige um compromisso contínuo com a justiça social, o fortalecimento institucional e a adoção de estratégias inovadoras (Sales; Selva, 2022). Somente por meio de uma abordagem integrada e coordenada será possível reduzir desigualdades e assegurar que todos os indivíduos tenham condições justas para alcançar seu pleno desenvolvimento.

## Conclusão

O presente estudo destacou a importância das políticas públicas na promoção da equidade em saúde, evidenciando que a implementação eficaz dessas medidas requer financiamento adequado, coordenação intersetorial e monitoramento contínuo. revisão da literatura demonstrou que, embora avanços tenham sido alcançados, persistem desafios estruturais e institucionais que limitam a efetividade das políticas.

A descentralização das ações de saúde foi identificada como um fator relevante para a ampliação do acesso e a adaptação das estratégias às necessidades locais. No entanto, a falta de integração entre os diferentes níveis de gestão e a insuficiência de recursos ainda representam obstáculos significativos.

Outro aspecto crítico é a implementação de medidas equitativas, que exigem um compromisso contínuo com a inclusão de populações vulneráveis. A adoção de estratégias participativas, que envolvam a sociedade civil e os profissionais de saúde, pode contribuir para uma maior efetividade das políticas.

Portanto, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na estruturação das políticas públicas, visando não apenas a ampli-

ação do acesso, mas também a promoção da equidade em todos os aspectos da saúde. Apenas por meio de um compromisso político e social sólido será possível avançar na redução das desigualdades e garantir o direito universal à saúde.

## Referências

- ASSIS, Dércio Nonato Chaves de. Descentralização e resultados na saúde infantil no Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 50, p. 447-484, 2020.
- BICHIR, Renata. Agendas de reformas e descentralização de políticas: um balanço das trajetórias da saúde e da assistência social. 2020.
- Buss, Paulo Marchiori et al. Promoção Da Saúde e Qualidade De Vida: Uma Perspectiva Histórica Ao Longo Dos Últimos 40 Anos (1980-2020). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020.
- CARVALHO, Denise; MEIRINHO, Daniel. O quesito cor/raça: desafios dos indicadores raciais de mortalidade materna como subsídio ao planejamento de políticas públicas em saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 14, n. 3, 2020.
- Cervieri, Nayelen Brambila et al. O acesso aos serviços de saúde na perspectiva de pessoas em situação de rua. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, v. 15, n. 4, p. 1-8, 2019.
- COELHO NETO, Giliane Cardoso; CHIORO, Arthur. Afinal, quantos Sistemas de Informação em Saúde de base nacional existem no Brasil?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00182119, 2021.
- DA COSTA ASSIS, Eliane; GRÁCIO, Héber Rogério. FEDERALISMO, PARCERIA INTERFEDERATIVA E GOVERNANÇA INTEGRADA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE SAÚDE. *Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, v. 7, n. 2, p. 19-19, 2021.
- Da Silva Maziero, Rafaela Martins. A Influência Das Políticas Públicas E Das Transformações Sociais No Desenvolvimento Do Sistema De Saúde No Brasil: Da Colonização À Criação Do Sistema Único De Saúde (Sus). *Humanidades E Tecnologia (Finom)*, v. 19, n. 1, p. 292-305, 2024.
- De Vasconcelos, Alessandra Alves; Dadalto, Luciana; Sarsur, Marcelo. Efetivação Das Políticas Públicas Em Saúde Protetivas Às Crianças Com Síndrome Congênita Do Zika e o Impacto Na Judicialização Da Saúde. *Revista De Direito Sanitário*, v. 20, n. 3, p. 74-91, 2020.
- Dos Santos Cardoso, José Mário et al. Políticas Públicas De Saúde Coletiva: Estratégias Para Reduzir Desigualdades e Promover Equidade No Acesso e Qualidade Da Atenção à Saúde. *Aracê*, v. 6, n. 4, p. 12340-12351, 2024.
- FERNANDES, Fernanda Sena; NASCIMENTO, Janaína Xavier. A discussão sobre políticas de licenças parentais no Brasil: Caminhos possíveis e desafios. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1808-1828, 2020.
- GATTI, Renata Carolina. A institucionalização de “outras medidas efetivas de conservação baseadas em área” nas políticas públicas ambientais brasileiras: princípios e desafios para a implementação. 2020.
- Marinho, Lúcia De Fátima Pereira Leite et al. Políticas Públicas Para a Saúde Das Famílias e Das Comunidades No Contexto Da Atenção Primária à Saúde Em Tempos De Pós-Pandemia. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.
- Marroni, Carlos Henrique; Franzese, Cibele; Panosso, Alceu. Consórcios Públicos Intermunicipais: Caminho Para Descentralização e Redução De Desigualdades

Nas Políticas Públicas?. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 40, n. 1, p. 19-31, 2021.

OLIVEIRA, Carolinny Nunes. Práticas de cuidado em saúde na estratégia saúde da família: análise dos avanços, desafios e perspectivas frente a indivíduos com hipertensão e diabetes. 2021.

Oliveira, Larayne Gallo Farias et al. Acesso e Acessibilidade Na Atenção Primária à Saúde: Desafios e Estratégias Para Garantir o Direito à Saúde. Acesso à Saúde: Desafios, Perspectivas, Soluções e Oportunidades Na Atenção Primária à Saúde, 2023.

Pereira, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. Revista Cedigma, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

Pereira, Sandra Marques. Desafios Das Políticas Públicas Locais. H. Carreiras, A. Calado Descentralização e Reorganização Do Estado. Lisbon: Mundos Sociais, p. 83-98, 2020.

SABÓIA, Deyriane Santos Bezerra; GALINDO, Alexandre Gomes; MATERKO, Robson. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Um olhar sobre o papel dos Conselhos. Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas, v. 2, n. 01, p. 1-18, 2021.

SALES, Orcélia Pereira et al. O Sistema Único de Saúde: desafios, avanços e debates em 30 anos de história. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 17, p. 54-65, 2019.

SALES, Marcela de Melo Soares; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Participação social na gestão pública brasileira: Desafios para a governança nas políticas ambientais. REVISTA DELOS, v. 15, n. 40, 2022.

Santos, Angela Moulin Simões Penalva. Reforma Do Estado, Descentralização e Autonomia Financeira Dos Municípios. Ram. Revista De Administração Mackenzie, v. 4, p. 155-177, 2022.

Simões, Taynãna César et al. Prevalências De Doenças Crônicas e Acesso Aos Serviços De Saúde No Brasil: Evidências De Três Inquéritos Domiciliares. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 3991-4006, 2021.

SOUSA, Francelino Franco Leite de Matos. Diagnóstico estratégico das desigualdades socioespaciais na acessibilidade ao trabalho em Fortaleza. 2019.

Teixeira, Iara Da Paixão Corrêa; Nunes, André; Almeida, Alexandre Nascimento De. O Processo De Descentralização e o Financiamento Das Políticas Públicas Educacionais. Reflexão e Ação, v. 27, n. 2, p. 182-201, 2019.

TORMA, Gilber Marques et al. PROBLEMAS QUE GERAM DEMORA NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. Revista Dom Acadêmico, v. 2, n. 1, 2022.

VALE, Diôgo et al. Determinantes sociais em saúde associados à vivência da fome entre adolescentes do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 7, p. 2895-2909, 2022.

Vieira, Fabiola Sulpino. Gasto Federal Com Políticas Sociais e Os Determinantes Sociais Da Saúde: Para Onde Caminhamos?. Saúde Em Debate, v. 44, n. 127, p. 947-961, 2020.

ZAGO, Rodolfo Henrique Barboza. Visões sobre a política fiscal: de Keynes aos desafios impostos pela crise do coronavírus. [sn], 2023.